

Concede uma fração ideal do terreno que constitui a Quadra 2-M/urbana.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO VELHO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 9º, ítem III, do Decreto-Lei Federal nº 5.839, de 21 de setembro de 1 943, e tendo em vista o disposto no Decreto Municipal nº 344, de 22 de novembro de 1 967,

D E C R E T A :

Art. 1º - É concedida a ANTÔNIO CONCEIÇÃO LAGO, a fração ideal de 6/1.000 (OITO MIL AVOS), do terreno que constitui a Quadra 2-M/Urbana, onde existiu o antigo Mercado Público Municipal, cujo terreno mede 24,00 por 38,00 metros, com os seguintes limites: Ao Norte, a faixa denominada Travessa Guaporé; ao Sul, pela rua Henrique Dias; a Leste, pela rua José de Alencar; a Oeste, pela Avenida Presidente Dutra.

Art. 2º - A concessão de uso do terreno e espaço aéreo sobre a área em questão é destinada à constituição de condomínio, para fins de edificação.

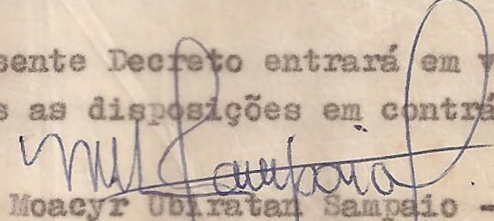
Art. 3º - O Concessionário se obriga a construir o apartamento nº 304, a que se refere o projeto de construção aprovado pela Prefeitura Municipal.

Art. 4º - A presente concessão será cancelada, desde que seja transferida a benfeitoria, expedindo-se nova concessão em favor do novo condômino.

Art. 5º - O concessionário fica desde logo imitado na posse da fração do terreno objeto do presente Decreto, obrigado conseqüentemente, ao pagamento de todos os impostos e taxas que incidam ou venham incidir sobre a mesma, a partir desta data.

Art. 6º - O Concessionário fica obrigado a apresentar à Prefeitura Municipal, dentro do prazo de 30 (TRINTA) dias, o contrato de construção a que se refere o artigo 3º, sob pena de cancelamento da concessão.

Art. 7º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


- Moacyr Ubiratan Sampaio -
PREFEITO EM EXERCÍCIO


- Setembrino Bezerra de Oliveira -